



## Tribunais julgam 12,5 milhões de processos até outubro de 2011

Apenas três segmentos do Judiciário ultrapassam a Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça — aquela que determina que os tribunais julguem quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos ao longo do ano e parcela do estoque. Foram eles: Justiça Federal (100,25%), Justiça Militar (106,57%) e Justiça Eleitoral (109,42%). Balanço parcial divulgado pelo CNJ revela que, em 2011, todos tribunais do país julgaram, juntos, 12,5 milhões de processos.

O resultado final do levantamento só será divulgado no final de 2012, já que as informações referentes a novembro e dezembro ainda não foram computadas. Até agora, a Justiça Estadual é a lanterninha, alcançando 88,08% de cumprimento, seguida pela Justiça do Trabalho (99,51%) e pelos Tribunais Superiores (97,21%), como pode ser visualizado na tabela abaixo:

	Processos distribuídos	Processos julgados	Cumprimento
Justiça Estadual	10.245.949	9.024.392	88,08%
Justiça Federal	2.161.998	2.167.367	100,25%
Tribunais Superiores	354.089	344.211	97,21%
Justiça Eleitoral	78.854	86.286	109,42%
Justiça do Trabalho	2.299.758	2.288.382	99,51%
Justiça Militar	4.490	4.786	106,57%
Nacional	13.680.122	12.572.592	91,90%

Ao analisar os números, o juiz Antonio Braga Junior, coordenador Nacional de Metas do CNJ afirmou que a evolução é gradativa. Segundo ele, não é possível analisar friamente os resultados alcançados entre os segmentos de Justiça porque cada um tem características específicas. “A evolução da Justiça com as metas é recente e gradativa, mas está em curso. Mesmo sem cumprir a totalidade dos índices estabelecidos, as metas são uma ferramenta de gestão dos tribunais para estabelecer prioridades diante de inúmeras deficiências e recursos limitados”, afirmou.

Ele também acredita que os tribunais estaduais, com o maior número de processos, juízes e fóruns, têm desempenho mais lento nas metas, em relação às Justičas Federal e do Trabalho, devido ao orçamento reduzido para gerenciar uma estrutura grande e complexa.

“Os aspectos mais sensíveis ao cidadão estão na Justiça Estadual como casos de defesa do consumidor, família, infância e pequenos procedimentos criminais. Acredito que a diferença de desempenho entre os segmentos de Justiça pode ser justificada pelo volume de investimentos financeiros em cada um”, explicou

### As outras metas

Além da Meta 3, foram estabelecidos para os tribunais outros três objetivos. É o caso da Meta 1, que



---

previa a criação de unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica e foi alcançada por 56,67% dos tribunais do país. Os Tribunais de Justiça Militar de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo não cumpriram a meta.

Com a Meta 2, os tribunais se comprometeram a criar um sistema de registro audiovisual de audiências em, pelo menos, uma unidade judiciária de primeiro grau. Nenhum dos três tribunais militares estaduais (SP, MG e RS) adotou esse sistema que poderia colaborar para agilizar a prestação jurisdicional. Na área trabalhista, apenas os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) das 5<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup>, 18<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> Região chegaram à Meta 2. Nos Tribunais de Justiça, 16 Estados a cumpriram.

Já a meta que recomendava a adoção de um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos, de número 4, foi cumprida por 86,67% dos tribunais. Nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) apenas Piauí, Roraima, Santa Catarina e Sergipe não atenderam à exigência assim como os Tribunais Regionais do Trabalho das Regiões 2 e 6 e os Tribunais de Justiça do Amapá, Maranhão, Paraíba, Piauí, Paraná. Todos os Tribunais Regionais Federais conseguiram atingir este objetivo. *Com informações da Assessoria de Comunicação do CNJ.*

**Date Created**

22/12/2011